

CONSUFACE

**IX CONGRESSO DAS
SERVIDORAS E SERVIDORES
DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS
NO ESTADO DO CEARÁ**



TESES AO IX CONSUFCE - CONGRESSO DAS SERVIDORAS E SERVIDORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO ESTADO DO CEARÁ

SETEMBRO DE 2024

SUMÁRIO

TESE 1

SOMOS TODOS SINTUFCE (TRIBO/UNIR, MUR, CORRESPONDÊNCIA e VAMOS À LUTA. APOIAMOS CUT / FASUBRA)

Página 04

TESE 2

TRAVESSIA/TAES NA LUTA/IDEIAS & DIÁLOGOS AO IX CONSUFCE: NÃO HÁ NADA COMO O SONHO PARA CRIAR O FUTURO

Página 12

SOMOS TODOS SINTUFCE (TRIBO/UNIR, MUR, CORRESPONDÊNCIA e VAMOS À LUTA. APOIAMOS CUT / FASUBRA)

I - ANÁLISE DE CONJUNTURA

A GREVE DEMONSTROU A FORÇA DA CATEGORIA

A greve que reuniu docentes e servidores técnico-administrativos das instituições federais de ensino superior, incluindo a categoria EBTT, foi o movimento mais importante de cobrança das reivindicações que estiveram na base da vitória eleitoral sobre a extrema-direita em 2022, com a eleição de Lula.

Os técnico-administrativos das universidades brasileiras foram protagonistas da forte greve da educação federal que expressa a confiança de que a classe trabalhadora se imbuíu com a vitória eleitoral. A capacidade que a classe trabalhadora encontrou em si mesma para derrotar Bolsonaro é a mesma que lhe permite agora, em 2024, cobrar do governo que elegeu as demandas contidas no seu voto de 2022.

Considerando, como já o fizemos acima, que o final da greve, podemos afirmar que mesmo sem alcançar uma vitória cabal, o movimento tem aquisições importantes que não seriam possíveis sem a mobilização unitária que se construiu durante seus mais de 100 dias, quais sejam:

- *A considerar a janela de maio/2023 a abril/2026, a média de ganho da categoria será de 29,6%. Após 06 anos sem qualquer reajuste, sendo 9% em maio de 2023; 9% em janeiro de 2025; 5% em abril de 2026;*

- *Elevação de steps de 3,9% para 4,0% em janeiro de 2025 e de 4,0% para 4,1% em 2026;*
- *Recomposição parcial do orçamento das instituições federais (suplementação de cerca de 12%);*
- *Conquista de 5600 bolsas permanência para estudantes indígenas e quilombolas;*

**Implementação do reajuste de benefícios (auxílio-alimentação, auxílio-saúde suplementar e auxílio-creche), apesar de ainda não haver equiparação com os benefícios dos demais poderes;*

• Início da Mesa Setorial Permanente de Negociação do MEC;

** Reposicionamento de aposentados;*

** Fim da correlação indireta no IQ;*

** 30 horas semanais;*

** Horas fictas para o pessoal de trabalho noturno;*

** Aceleração da capacitação e RSC.*

Entretanto, talvez a principal conquista da greve seja política e organizativa. Política porque afirmou que era possível obter ganhos, mesmo parciais, enfrentando as restrições impostas pelo novo arcabouço fiscal e que, no limite, seria possível, do ponto de vista orçamentário, alcançar um reajuste linear em 2024, o que não ocorrer em função de uma intransigência do Governo que não se justifica nem politicamente e nem do ponto de vista orçamentário, como é possível constatar nas propostas ofertadas aos servidores da PF e da PRF.

À SOMBRA DA GUERRA

A resistência do povo da Palestina ao massacre sionista como ponto mais avançado da luta de classes mundial como expressão da luta contra o imperialismo internacional, faz da vitória da campanha pelo cessar-fogo e fim do genocídio um imperativo para fazer recuar os planos do imperialismo americano de desenvolver uma economia amplamente baseada na guerra, às custas do sofrimento dos povos, uma obra que só pode se completar com o ataque às liberdades democráticas já em curso

em vários países. A derrota eleitoral dos governos belicistas nas eleições europeias, particularmente na Alemanha e na França, — que são o eixo da UE —, contudo, expressa a rejeição aos governos e partidos que se alinharam com as guerras (Gaza e Ucrânia) e massacres. Essa política de toda forma pressiona fortemente os países dependentes, exigindo novos ajustes e cortes nas responsabilidades sociais do Estado, que afinal estão na raiz das restrições enfrentadas pela greve da educação federal.

FAZER VALER O VOTO DE OUTUBRO DE 2022

Foi, notadamente, pela força da classe trabalhadora e do povo oprimido que Lula conseguiu derrotar Bolsonaro e não pelas alianças ao centro e à direita. Todavia a política econômica do atual governo tem sido orientada pelos interesses e necessidades dos “derrotados” em novembro de 2022, o que faz emergir novas frustrações por parte daqueles que lutaram pela eleição do governo atual.

O novo arcabouço fiscal não só bloqueia o orçamento público e o caminho para as reformas populares, como também se choca com as reivindicações concretas da classe trabalhadora. O reajuste zero para os servidores em 2024 foi uma consequência do NAF e a principal motivação da greve da educação pública federal, por exemplo. Contudo, é justamente a mobilização e a conquista das demandas populares que podem fazer recuar a extrema direita e sua contrafação parlamentar, a política de Lira de chantagem permanente e de ataque aos direitos.

A greve da educação e a reação maciça contra o PL do Estuprador são exemplos que só a intervenção do povo no cenário político podem assegurar que o programa implícito no voto em Lula, ou seja a vontade do povo de recuperar o que Temer e Bolsonaro tomaram e de ir além, seja realizado.

Na questão democrática, se mantém viva a tutela militar sobre o país, expressa no Art. 142 da CF. Entre as questões pendentes estão a questão

dos desaparecidos, a punição dos militares responsáveis por mortes e torturas, e a indenização, finalmente, aos militantes anistiados, apesar da anistia "recíproca" que beneficiou os militares. Os crimes militares nunca punidos, alimentam a violência, a tortura e outros crimes em todas as forças militares, do Exército às Polícias militarizadas, e contam, desde a tal anistia "recíproca" (1979). A situação remete à exigência de desmilitarização das PMs, que estão, desde 1969, submetidas à Inspeção Geral um general do Estado-Maior do Exército. A bandeira punição dos generais continua atualíssima no período. Sob vários aspectos é uma questão urgente na vida do povo, uma vez que os generais se comportam como garantidores da ordem.

Uma outra expressão de que o povo organizado pode fazer valer suas demandas foi a Marcha a Brasília em 22 de maio. A Marcha demonstrou que o combate apoiado em reivindicações concretas é um ponto de apoio para mobilizar a classe trabalhadora. A continuidade da iniciativa que levantou a revogação das reformas trabalhista e previdenciária e da Lei das terceirizações pode e deve alimentar um movimento do tipo "revoga já" que o SINTUFCE deve impulsionar.

Para o próximo período, nosso sindicato deve reatar plenamente com o movimento geral dos trabalhadores, se inserindo de vez no Fórum Nacional Popular de Educação, participando da retomada unitária da luta pela revogação do Novo Ensino Médio.

Com efeito, a continuidade da luta pelas reivindicações concretas da categoria e o acompanhamento do cumprimento das demandas contempladas na proposta apresentada pelo governo, exigirá do SINTUFCE e da FASUBRA uma mobilização permanente e vigilante impulsionada pelo seu plano de luta, que hoje, neste Congresso, passará por uma revisão.

II - HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

A criação e entrada nos hospitais universitários de ensino da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), pelo Governo Federal, trouxeram mudanças estruturais nessas unidades.

Ressalta-se que embora criada com o argumento de resolver o problema de pessoal nos hospitais universitários, um dos aspectos que vem se destacando é justamente a falta de pessoal em decorrência da não contratação de profissionais conforme estabelecido, o que interfere negativamente na qualidade da assistência, no ensino, na pesquisa e na extensão; no fechamento de leitos; no pagamento de adicional de plantão hospitalar, gerando sobrecarga de pessoal e adoecimento dos nossos companheiros lotados nas unidades hospitalares.

Desde o início, a luta contra a Ebserh foi muito árdua. O desconhecimento da realidade dos hospitais universitários aumentou os conflitos internos. Atualmente, a situação dos trabalhadores é muito difícil. Faltam recursos, insumos e condições de trabalho, além da precarização no atendimento ao paciente.

Entretanto, nós do Somos Todos Sintufce entendemos que a nossa luta nunca é, nem será, contra a classe trabalhadora. Nas instituições, o quadro de trabalhadores é integrado por celetistas e estatutários, que convivem no mesmo espaço, algumas vezes gerando tensões, que não são causadas por eles, e sim por políticas e programas de gestão equivocados.

Nosso entendimento é de que é preciso haver unidade da classe, independente de seu vínculo contratual, em defesa da Universidade Pública, Autônoma e Democrática e do Projeto de Hospitais Universitários como unidade acadêmica de ensino, de pesquisa e de extensão, articulado com a rede do SUS.

III - ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS (artigos 1º e seguintes)

Na nossa compreensão, mudar o estatuto de uma entidade sindical é coisa muito séria e jamais deveria ser intentado a toque de caixa ao sabor das disputas políticas ou de casuísmos de grupos ou ideologias visando única e exclusivamente puxar a brasa para sua sardinha.

O fato é que caminhamos para o IX CONSUFCE sem que a atual gestão promovesse uma estatuinte prévia onde as alterações propostas fossem

discutidas e passassem pelo crivo da categoria antes de serem encaminhadas ao congresso.

De nossa parte, faremos uma discussão prévia com toda a categoria sobre as alterações estatutárias que estaremos propondo e só levaremos ao congresso aquelas que forem chanceladas pela categoria. Isso é democracia direta! Isso é respeito com quem mantém a entidade!

IV - DEMOCRATIZAÇÃO

A UFC vivenciou recentemente uma quadra de explícito abuso de poder político onde o ex-presidente nomeou para reitor da nossa instituição, um nome que não foi o escolhido pela nossa comunidade universitária.

Aludido processo de escolha que remonta aos tempos da ditadura vem sendo sistematicamente criticado pela comunidade universitária uma vez que o mesmo supervaloriza um segmento em detrimento dos demais e não assegura a nomeação do mais votado.

Recorde-se que logo no início de seu mandato na reitoria o prof. Ícaro de Sousa Moreira cumpriu o compromisso assumido de democratização do processo sucessório na UFC e deflagrou o processo de atualização do estatuto. Com o seu falecimento, a atualização estatutária não evoluiu e serviu de veículo à manutenção do processo.

Passaram-se quatro anos de uma gestão insípida e inodora com requintes de perversidade que maltratou muito a nossa instituição e aqueles que até hoje a mantêm de pé.

Aquele equívoco antecedente foi reparado com a escolha e nomeação do Prof. Custódio Almeida, eleito reitor por força de uma pauta de democratização.

Ocorre que a democratização da UFC não se resume apenas na eleição paritária para reitor, que se arrasta na atual gestão por insatisfação de alguns com a prometida mudança.

Todavia, devemos avançar ainda mais criando as condições de ocupação dos cargos de gestão pelos servidores. E por que não? Servidores nas pró-reitorias correlatas com o nosso fazer. Seria isso possível na atual gestão?

V- PLANO DE LUTAS

- Defender 10% do PIB para a educação pública;
- Defender o financiamento público exclusivamente para a educação pública em todos os níveis;
- Defender os serviços públicos;
- Ser contra a terceirização dos serviços públicos e privados;
- Ser contra a corrupção;
- Ser contra as propostas de retirada de direitos do trabalhador;
- Ser contra a exploração e a violência contra a mulher;
- Defender a Previdência Pública;
- Lutar pela Democracia;
- Lutar por nem um direito a menos;
- Diretas já;
- Contra a Meritocracia;
- Democratização da Comunicação;
- Contra a criminalização dos Movimentos Sociais;
- Buscar convênio saúde com ISSEC e IPM;
- Lutar pela implementação da Sede Recreativa;
- Lutar pela extinção da EBSERH e absorção dos trabalhadores por transposição para o RJU;
- RSC para todos;

APOIADORES:

José Maria Castro, Carlos Augusto Nunes Rodrigues, Wlamir Ricardo da Silva, Maria Lucineide Paiva dos Santos, Marta Maria de Vasconcelos, Enoe Moraes, Elisabeth Maia, Raimundo Célio Pereira, Antonio Wellington Batista de Araújo, Liduína Ferreira dos Santos, Edvanira Oliveira Brito,

Benedito Cordeiro da Silva, Maria Helena Viana da Silva, Evaldo Varela do Nascimento Júnior, Maria Cleuda Marçal de Oliveira, João Calixto Filho, Maria Enoia Braga Costa, Francisco José do Nascimento, Janete Cavalcante de Lima, José Vitório Alfieri dos Santos Souza, Nísia Rodrigues de Sousa, Maria de Fátima de Sousa Teixeira, João de Deus Mendes Rodrigues, Vanilda Quitéria da Silva, Aldeni Carneiro da Silva, Antonieta Euzebio da Silva, Francisco Eduardo Ferreira da Silva, Tereza Lúcia Ribeiro de Oliveira, Homero Magalhães Arruda, Maria Susana de Lima, Dulce Maria Cardoso da Silva, José Eudes de Almeida Gomes, Marcelo da Costa Miranda, Elda Pontes de Araújo Fernandes, José Carleone da Silva, Nilson Nascimento Félix.

TESE TRAVESSIA/TAES NA LUTA/IDEIAS & DIÁLOGOS AO IX CONSUFCE: NÃO HÁ NADA COMO O SONHO PARA CRIAR O FUTURO

*"Ontem experiência adquirida.
Amanhã lutas novas.
Hoje, porém, é a nossa hora de fazer e de construir".
Chico Xavier*

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2024 já entrou para a história do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais no Estado do Ceará (SINTUFCE), da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) e de todas e todos, nós, Técnicos Administrativos em Educação (TAE). Este ano, os TAE realizaram uma das maiores greves de sua história e arrancaram imensas conquistas. No Ceará, o SINTUFCE foi ferramenta fundamental para apoiar e alavancar as lutas nas três universidades federais e em seus campi por todo o estado.

Os coletivos TAES NA LUTA, TRAVESSIA e IDEIAS & DIÁLOGOS apresentam, a seguir, sua tese para o IX Congresso do SINTUFCE (IX CONSUFCE), que ocorre após a greve de 2024, na qual trabalhadores e trabalhadoras de centenas de unidades da Rede Federal de Educação paralisaram suas atividades por quase 120 dias. Ocorrido em um momento histórico marcado pela dificuldade de mobilização da classe trabalhadora no Brasil, o movimento paredista demonstrou vitalidade, reaproximando o sindicato de suas bases, angariando filiadas e filiados e

formando novas lideranças. As conquistas obtidas, ainda que insuficientes, representaram avanços importantes para nossa categoria, que vem enfrentando sérios problemas tanto na estrutura da carreira quanto nas perdas inflacionárias, além da elevada discrepância com salários de outras categorias do Executivo Federal. Além disso, nossa carreira enfrenta grandes desafios para a melhoria das condições de vida e trabalho. As conquistas da greve de 2024 abrem caminho para novas lutas por conquistas em um futuro não muito distante.

Apostamos que, para construir o futuro, não apenas do sindicato, mas das universidades e do nosso País, é preciso sonhar e por as mãos à obra. Por isso, esta tese procura contribuir para enriquecer as discussões do IX CONSUFCE com criatividade, coragem e abnegação política e organizativa dos que construíram e apoiam esta tese.

Agora, mais um evento de extrema importância ocorrerá em 2024. Após um hiato de quase 15 anos, teremos mais um Congresso das Servidoras e dos Servidores das Universidades Federais no Estado do Ceará. O IX CONSUFCE se realiza em um momento muito diferente do congresso anterior. A não realização do congresso, por tanto tempo, foi algo negativo para toda a categoria e para o nosso sindicato. No entanto, a sua realização neste momento permite não apenas recuperar o tempo perdido, mas elaborar um plano de lutas que possa, além de orientar as atividades do SINTUFCE, construir um sindicato do futuro, preparado para as lutas e enfrentamentos que virão.

O IX CONSUFCE tem o papel fundamental de refletir sobre os caminhos que nos levaram até a construção de uma das maiores greves – se não a maior – da nossa história e apontar os próximos passos em nossa luta pela valorização do serviço público, pelo protagonismo e visibilidade dos TAE nas IFES e pela defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

2. CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL

A globalização do modo de vida capitalista faz com que acontecimentos nas mais diversas partes do mundo afetem as condições de vida materiais da classe trabalhadora. A política internacional, que define o que cada país deve produzir e no que se especializar, importa na apropriação e mercantilização do conhecimento, colocando a ciência a serviço dos lucros e dificultando a circulação do saber. Nós TAE, enquanto servidoras e servidores da educação e da ciência e importante pilar da Educação Superior, precisamos nos colocar neste debate, entender o funcionamento e a força dos nossos adversários e seguir na luta por uma universidade pública, gratuita e de qualidade a serviço das pessoas que dela necessitam.

Desde o desmantelamento do sistema soviético, o capitalismo anuncia sua vitória triunfante. Mas como pode ser vitorioso um sistema que condena a maior parte da população global à pobreza? Como pode ser vitorioso um sistema que estimula o desperdício, enquanto milhões passam fome? Essa desigualdade, em um mundo fortemente globalizado, compele as massas do sul global a buscarem em outros países as melhorias de vida que são impossíveis em seus locais de nascimento.

A onda de migrações despertou o racismo e a xenofobia, não apenas nos países centrais do sistema capitalista, mas também nas periferias. O número de conflitos entre as nações e dentro delas se amplia a cada ano. A extrema direita sai das covas, becos escuros e nichos onde se escondia e, se utilizando de um discurso contra a globalização, arrebanha adeptos nas mais diversas classes sociais. Ela estimula o medo, em um primeiro momento, o medo do desemprego, o medo da violência, enfim o medo do que é diferente, para depois insuflar o ódio.

Conhecemos bem o que isso fez ao Brasil durante o governo Bolsonaro. A exemplo da extrema direita mundial, este governo fez uso de discurso negacionista e perseguiu as universidades e suas servidoras e servidores, demonizando as práticas acadêmicas, ridicularizando trabalhos científicos

e, até mesmo, imputando crimes, tais como a produção de drogas nas universidades, entre outros.

Caminhando junto à extrema direita está o neoliberalismo, que longe de buscar a redução da ação do Estado, captura este mesmo Estado para atender aos anseios e desejos do capital, fortalecendo-o para intervir contra os que trabalham e transferindo riqueza dos mais pobres aos mais ricos.

No Brasil, isso representou o ataque aos direitos trabalhistas e ao serviço público, a instalação de um programa de privatizações que entrega patrimônio público à iniciativa privada, estabelecendo uma lógica de prestação de serviços que exclui a população ao invés de integrá-la. Além disso, o governo adota políticas de austeridade fiscal que inviabilizam a promoção de direitos fundamentais, como educação e saúde, apontando na direção da derrubada dos mínimos constitucionais desta áreas, avançando descaradamente contra as trabalhadoras e trabalhadores que com força e suor erguem este país.

Uma lógica que se efetivou com o Teto de Gastos do governo Temer, que inviabilizou não apenas o atendimento ao povo, como a própria gestão pública. Portanto, derrubado por conta disso, foi com surpresa que vimos o governo Lula substituir uma política austera por outra, o arcabouço fiscal, que tem se revelado ainda mais implacável para com a educação, a saúde e todas as áreas sociais.

O IX CONSUFCE precisa apontar ao nosso SINTUFCE os caminhos para enfrentar o arcabouço fiscal, pois este enfrentamento é parte da defesa da universidade e da carreira TAE. É preciso dizer não à extrema direita e ao neoliberalismo, duas faces da mesma moeda, que só promovem o desmantelo do serviço público e a piora das condições de vida da classe trabalhadora.

O governo Lula, eleito pela esperança de muitos, está dividido entre atender às justas reivindicações do povo pobre e trabalhador ou ajoelhar-se às vontades das elites e do sistema capitalista, que deseja

apenas mais e mais lucros. A greve dos TAE evidenciou isso. Mesmo reconhecendo nossa causa como justa, o governo Lula nos fez esperar mais de 100 dias de greve por um acordo, que foi arrancado com muita luta, união e sangue no olho por TAE de todo o país, em especial os da Terra da Luz, que se destacaram pelo espírito de liderança e comprometimento com a causa, tornando-se referência para o movimento paredista nacional!

No entanto, as universidades ainda precisam ter o orçamento recomposto, nossa carreira permanece como uma das mais mal remuneradas e pontos importantes da nossa pauta ainda estão sendo discutidos nos corredores do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Gestão e Inovação dos Serviços Públicos (MGI). Como fizemos durante a greve, devemos reafirmar que queremos um projeto de país que atenda a nós, trabalhadoras e trabalhadores e não aqueles que são os responsáveis pela desigualdade. Na posse do presidente Lula, o ato emblemático de subir a rampa e receber a faixa presidencial de um grupo de minorias não pode ficar só no simbolismo! Queremos poder dizer que este país é verdadeiramente nosso!

ANTECEDENTES: COMO CHEGAMOS ATÉ A GREVE DE 2024?

Primeiramente, é preciso analisar a conjuntura antecedente. O golpe de 2016 foi sucedido pelo brutal avanço de políticas neoliberais dos governos Temer e Bolsonaro. A Emenda Constitucional 95/2016, a Autonomia do Banco Central, as Reformas Trabalhista e da Previdência, entre outras medidas, pioraram drasticamente a vida das trabalhadoras e trabalhadores do Brasil.

Não foi diferente para nós, TAE das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que há anos amargamos o congelamento salarial (7 anos para os TAE e 5 para os Docentes), com perdas inflacionárias que passaram dos 50%. Os orçamentos de custeio e capital de nossas instituições foram brutalmente reduzidos de forma a quase inviabilizar seu funcionamento. Um efeito colateral importante desse processo foi o aumento da dependência das emendas parlamentares, com impactos

significativos na autonomia das IFES. Além do sucateamento, fomos alvos de sucessivos ataques, em uma guerra cultural na qual a extrema direita elegeu, trabalhadoras, trabalhadores e estudantes como inimigos a serem combatidos e desmoralizados.

Os processos de resistência foram muitos, como a onda de ocupações estudantis em 2016 (primavera secundarista), a greve geral de 2017, o Tsunami da Educação em 2019 e a luta contra a Reforma Administrativa em 2021. Apesar de vitórias pontuais, não fomos capazes de impedir a maior parte da devastação. A pandemia nos obrigou ao isolamento, dificultando processos de organização e mobilização mais amplos.

O terceiro governo do presidente Lula começou com muita expectativa para o funcionalismo público. Logo no início de 2023, foi anunciada uma importante recomposição do orçamento das IFES, além do reajuste linear de 9% para todo o funcionalismo público federal. No mesmo ano, o auxílio-alimentação também foi reajustado. Entretanto, para manter sua aliança com setores liberais e de direita, o Ministério da Fazenda elaborou e aprovou o Novo Arcabouço Fiscal (NAF), que também poderia ser chamado de Novo Teto de Gastos.

Ao colocar sérias limitações orçamentárias para manter a “responsabilidade fiscal”, a aprovação do NAF indicava um iminente embate entre o governo Lula e o funcionalismo público federal, especialmente na educação. Isso ficou claro diante da desconsideração completa do resultado obtido pela mobilização dos TAE de todo o Brasil na elaboração do Plano Plurianual (PPA), por meio da plataforma Brasil Participativo, na qual a proposta de recomposição salarial e reestruturação da carreira foi a terceira mais votada no geral, e a primeira na área da educação, momento que poderíamos destacar como de grande esperança e expectativa para a categoria, tamanho o seu engajamento no processo, renunciando a união que resultou na maior greve da categoria.

A desilusão com o governo Lula em relação ao atendimento das pautas das trabalhadoras e trabalhadores da educação federal se acentuou com o congelamento salarial de 2024, enquanto categorias específicas da elite do funcionalismo e do aparato repressivo do Estado foram agraciadas com

acordos mais vantajosos. O sentimento de desvalorização somado ao processo intenso de precarização e adoecimento de trabalhadoras e trabalhadores fazia da situação um “barril de pólvora”.

Nesse contexto, desde o início de 2023, o SINTUFCE promoveu ampla discussão com a categoria sobre a reestruturação da carreira TAE através da intensa atuação dos Grupos de Trabalho sobre Carreira - GTs Carreira - tendo sido protagonista, inclusive, na proposta de carreira aprovada pela categoria nacionalmente e apresentada ao Poder Executivo ainda em 2023.

A falta de resposta às propostas das nossas entidades representativas em âmbito nacional, Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) e Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) em meio ao congelamento dos salários em 2024 e o arrocho do arcabouço fiscal – ao mesmo tempo em que, reiteramos, o governo valorizava outras carreiras e não as da Educação, tratando-as com descaso e desrespeito, principalmente a carreira TAE – tornou a greve uma ação inadiável. O barril de pólvora “explodiu” com a deflagração de greve nacional por parte da FASUBRA em 11 de março de 2024.

A greve da FASUBRA se tornou a greve da educação federal quando os TAE e docentes do SINASEFE e do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) aderiram ao movimento paredista.

3. A IDENTIDADE DA CATEGORIA

O PAPEL DOS TAE NA GREVE DE 2024

Como citado anteriormente, o congelamento salarial de 2024 contribuiu para a frustração das expectativas das servidoras e servidores federais da educação, destacadamente os aposentados e pensionistas. Para nós, TAE,

essa frustração foi a gota d'água em um copo que já transbordava pela contínua precarização do trabalho, determinando nosso protagonismo na grande greve deste ano.

Nós TAE desempenhamos funções essenciais em mais de 1.400 unidades da rede federal de ensino, atendendo mais de 2 milhões de alunos. Apesar da importância de nosso trabalho, enfrentamos baixos salários e invisibilidade dentro das instituições de ensino, que provocam nossa alta rotatividade (de cada 10 novos TAE, 7 saem no primeiro ano) e resultam em sobrecarga para os que permanecem. Esta precarização das nossas condições de trabalho tem causado consequências graves, como o aumento de casos de assédio e o adoecimento frequente. Em resposta a essa situação, no final de 2022, um grupo de TAE criou o "TAES NA LUTA", movimento intersindical idealizado por um servidor da Universidade Federal do Ceará (UFC), que se juntou aos coletivos existentes, TRAVESSIA e IDEIAS & DIÁLOGOS.

Considerando o papel essencial dos TAE e a partir de um processo de escuta ativa, diagnóstico de problemas e busca de soluções práticas, equânimes e possíveis, os coletivos TAES NA LUTA, TRAVESSIA e IDEIAS & DIÁLOGOS participaram ativamente, junto das demais companheiras e companheiros dos Grupos de Trabalho sobre a Carreira nas bases, nas plenárias e nas assembleias nacionais e da construção da proposta de carreira apresentada ao governo federal. Os coletivos participaram também do Comando Nacional de Greve, dos Comandos Locais de Greve, das mesas de negociação sobre a carreira, de audiências públicas e demais mobilizações em defesa da educação e dos TAE.

Estimulamos servidoras e servidores nas três universidades, na capital e no interior do Estado do Ceará a participar ativamente do movimento paredista. Levamos para os comandos locais de greve servidoras e servidores que nunca haviam participado da vida sindical.

Sabendo da importância da comunicação com a base, estabelecemos meios de comunicação diretos, transparentes e em tempo real com os servidores. Durante a greve, o Central da Greve foi mecanismo importante

de informação às servidoras e aos servidores durante as mesas de negociação e por meio do Instagram divulgamos diariamente dezenas de ações que estavam acontecendo nas bases.

A greve de 2024 favoreceu grandemente o início da superação da invisibilidade institucional que nós TAE carregamos. O nome da categoria passou a ser expresso diariamente por agentes do governo federal, parlamentares e pela mídia, tanto a mainstream quanto a alternativa.

Juntos, nós TAE, fomos fortes na construção da maior greve da educação federal de todos os tempos e compartilhamos com todas as forças e coletivos as vitórias e os dissabores vividos durante o período paredista. A unidade da nossa categoria é um legado que deverá ser levado à frente diante dos novos desafios a serem enfrentados pelas servidoras e servidores da educação federal.

SER TAE, NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO CEARÁ, É SER SINTUFCE

Uma das grandes conquistas da recente greve foi a construção da nossa identidade e autoestima enquanto servidoras e servidores da educação. Antes da greve, esse termo era apenas um nome. Continuávamos, no entanto, dispersos e, muitas vezes, isolados. A luta pela carreira, que pode ser remontada à mobilização das bases por uma nova carreira, passando pela criação e atuação do GT de Carreira do SINTUFCE, nos uniu e nos deu a possibilidade de avançar mais na construção da carreira que é, atualmente, a maior do serviço público federal.

Nos embates da greve, nos vimos enquanto TAE, diversos, com vários saberes, vários conhecimentos, várias histórias, enfim, uma coletividade na qual as diferenças de cada um, nos enriquecem como um todo. Soubemos discordar e entrar em acordo. Soubemos identificar nossos aliados e quem estava contra nós. Mas acima de tudo entendemos a nossa importância dentro das universidades e fora delas. Soubemos mostrar à comunidade acadêmica e à sociedade como um todo, o quanto somos importantes e indispensáveis à universidade e ao desenvolvimento científico. Nós fazemos a Educação Superior!

A conquista da reformulação da carreira é só o começo. Do que aprovamos nas plenárias, antes da greve, ainda há pontos a buscar. E para isso, o SINTUFCE deve estar preparado para exercer o papel que esperamos: de ferramenta incessante de lutas por melhorias na carreira, nos locais de trabalho e que esteja a serviço da base e não o contrário.

Neste momento, isso significa que as bases devem buscar fortalecer seus coletivos, buscar os pontos que nos aproximam, e não os que nos dividem, e fazer com que o estatuto do SINTUFCE reflita isso. O congresso deve dar ao Estatuto uma redação que espelha a importância dos TAE, para que os desafios que se colocam para os próximos tempos possam ser enfrentados, com um sindicato firme na defesa das servidoras e servidores, mas flexível e atento à vontade dessas servidoras e servidores.

Nosso sindicato, que possui 46 anos de história, precisa abraçar os TAE em atividade sem descuidar de nossas aposentadas, aposentados e pensionistas. O SINTUFCE tem que encontrar a medida certa entre inovação e tradição, espelhando a experiência de um sindicato que surgiu das e nas lutas contra a ditadura militar. O SINTUFCE foi uma das entidades de base que fundou a FASUBRA, tendo atravessado a década de 1980 combatendo o arrocho da hiperinflação e repudiando o neoliberalismo nos anos 1990, quando Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso colocaram na ordem do dia o ataque aos direitos do povo, investindo contra o serviço público e desmontando a Universidade Pública. Na primeira década do século XXI, o SINTUFCE esteve presente nas discussões que originaram a nossa carreira e sempre se posicionou na defesa das servidoras e servidores e da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Hoje, temos desafios intensos que precisam ser superados não apenas pelo SINTUFCE enquanto instituição, mas também pelo SINTUFCE enquanto coletivo de servidoras e servidores TAE de todo o Ceará. A superação desses desafios constitui o legado que o IX CONSUFCE vai auxiliar a construir.

4. PRÓXIMOS PASSOS APÓS A GREVE

O LEGADO DA GREVE DE 2024 E OS PRÓXIMOS PASSOS

Acreditamos que a greve e seus resultados mostraram a importância da luta coletiva para muitos que já não acreditavam no poder da mobilização. A partir de agora, precisamos receber nossas novas companheiras e companheiros e tornar o SINTUFCE cada vez mais aberto, transparente e alinhado à base.

Esta visibilidade certamente terá efeitos em uma nova fase da carreira dos TAE, pois esperamos que a nossa categoria deixe de ser coadjuvante do processo educacional e se faça ouvir nas decisões locais. Esse empoderamento será construído por nós mesmos, que, sem dúvida, estaremos mais atentos, participativos e protagonistas nas decisões e nos caminhos das instituições.

Esperamos, ainda, que o empoderamento seja causa da redução dos casos de assédio no trabalho, mazela a ser enfrentada com rigor por todos nós, com apoio do sindicato que nos representa, o SINTUFCE, e sua assessoria jurídica. A nossa valorização deverá trazer, não sem vigilância, relações de trabalho mais saudáveis, marcadas pelo respeito mútuo entre TAE, docentes e discentes, pilares da Educação Superior.

Os próximos passos do SINTUFCE deverão focar a necessidade de renovação do sindicato, ferramenta de luta da classe trabalhadora tão hostilizada e agredida nos últimos anos. Segue, portanto, a permanente necessidade de mantermos a base sindical informada e unida em prol da melhoria nas condições de trabalho.

Visando a unidade, transparência e renovação, defendemos que o SINTUFCE adote algumas diretrizes:

- Prever que a expansão da educação superior poderá resultar na criação de novas universidades federais localizadas no Ceará, que poderão ser base do SINTUFCE;

- Aprovar a desfiliação do SINTUFCE à Central Única dos Trabalhadores (CUT), tendo em vista a necessidade de uma entidade representativa de uma categoria de trabalhadoras e trabalhadores se manter independente dos interesses políticos do governo;
- Estabelecer um programa de formação sindical que explique as origens do SINTUFCE, seus objetivos, suas lutas e vitórias conquistadas, de modo a estimular a base a estar presente nas lutas;
- Efetivar a realização dos Encontros como modo de aproximar o sindicato dos TAE, coletar demandas e construir a unidade da categoria;
- Estabelecer mecanismos de comunicação direta com a base e apoiar as bases do interior que possuam dificuldades de participação nas mobilizações;
- Construir, com as outras entidades sindicais, eventos para compartilhar e discutir as vivências dos TAE e docentes nas Universidades, Institutos, Hospitais Universitários e na Rede Federal de Ensino inteira, de modo a identificar problemas, dinamizar a relação intersindical e buscar soluções conjuntas entre as entidades irmãs;
- Pressionar politicamente, em conjunto com as demais entidades sindicais e a Federação Nacional, pela modificação da legislação que estabelece que o colegiado responsável pela indicação dos Reitores das Universidades Federais deve contar com 70% de docentes entre seus membros.
- Criar mecanismos de participação ativa das servidoras e servidores com lotação nos campi e universidades do interior nas atividades do SINTUFCE, ou por ele patrocinadas, não apenas nas Assembleias, mas também em GTs, Encontros, Atividades Esportivas, dentre outras.

O último congresso do nosso sindicato foi realizado em 2009. Como é no Congresso que se pode propor alterações estatutárias, nosso Estatuto está desde 2009 sem alterações. Isso significa que, enquanto nossas universidades mudavam, o estatuto não se alterava. De 2009 para cá,

vimos a criação de duas novas universidades, de diversos campi nos mais diversos pontos do Ceará e mudanças sensíveis nos nossos fazeres e saberes. O próprio movimento sindical é outro. Isso torna urgente a alteração do Estatuto.

Para além disso, o Estatuto tem graves omissões e falhas, que não foram percebidas pelos TAE que participaram do Congresso anterior, mas que, todas e todos sabemos, acabaram por dividir e afastar a base do sindicato.

Está na hora de reformar o Estatuto e dar-lhe uma redação tão dinâmica quanto são dinâmicas as lutas e atividades que o SINTUFCE desempenha. Que nos permita prever as mudanças, que em nossos tempos são tão rápidas e nos dê a celeridade que a ferramenta de representação dos TAE das federais cearenses precisa.

Que o novo Estatuto possa não apenas dirimir as dúvidas, mas se abrir para a diversidade presente em todo o Ceará e, assim, garantir que a Diretoria do SINTUFCE possa ser composta por coordenações que respondam às demandas do nosso tempo, delineando formas de atuação nas lutas que serão travadas .

Por falar em lutas, precisamos resolver de uma vez por todas a nossa relação com as Centrais Sindicais. Por isso, devemos definitivamente desfiliar o SINTUFCE da CUT. Reconhecemos a importância histórica da CUT e seu legado na organização da classe trabalhadora. Entretanto, não é possível que uma central sindical, nos momentos em que um governo dito progressista assuma, acabe se comportando como um braço do governo, freando as lutas que se fizerem necessárias.

Neste momento, acreditamos que a independência do SINTUFCE frente às Centrais Sindicais é crucial para garantir voz a todas e todos os lutadores e lutadoras, independente de suas filiações político-partidárias.

5. GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

DEMOCRATIZAÇÃO DAS IFES: QUEREMOS A UFC, A UNILAB E A UFCA NOSSAS DE VERDADE!

Nosso voto vale tanto quanto o de qualquer outro cidadão para eleger o mais alto mandatário do país. Qualquer TAE pode se candidatar a cargos eletivos e se tornar vereador, prefeito, deputado, senador e presidente. No entanto, o mesmo não se estende às universidades onde trabalhamos, onde diversos cargos nos é restringido o acesso. Pior, nosso voto nem vale o mesmo do que o dos servidores docentes.

É uma vergonha que, após 56 anos da redemocratização do país, ainda não tenha caído de uma vez por todas uma legislação que, com berço na ditadura militar, impõe a lista tríplice para escolha de reitor, define 70% de participação docente na eleição de reitores e estabelece o percentual mínimo de 70% para docentes na composição de colegiados superiores das universidades (Art. 56 da Lei Nº 9.394/96 - LDB, Lei Nº 5.540/68 e Lei Nº 9.192/95). Isso faz com que a universidade, composta por uma comunidade acadêmica, possa ser na verdade gerida por uma sofocracia, um "governo dos sábios" como na república de Platão. Infelizmente, para os defensores de que nada muda, não estamos na antiga Grécia.

Há TAE cuja única diferença para com o docente é a carreira, pois todos são servidores da educação aprovados em concurso público. Mesmo os TAE com menor escolaridade possuem uma expertise sobre a universidade e suas atividades que nada deixa a desejar em relação aos docentes. Por que não podemos contribuir como Pró-reitores, Diretores e até mesmo Reitores?

Por isso, a luta que deve continuar a ser encampada pelo SINTUFCE é pela paridade política entre TAE, discentes e docentes. Uma luta que deve se dar em duas frentes: internamente, em cada universidade, e externamente, junto ao MEC, para onde o acordo de greve remeteu essa discussão.

Sabemos que, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e na Universidade Federal do Cariri (UFCA), os TAE não são impedidos de serem pró-reitores e as eleições para reitor têm ocorrido com consultas informais paritárias, mas ainda somos sub-representados nos conselhos. Paradoxalmente, na Universidade Federal do Ceará (UFC), a qual deu origem à Unilab e à UFCA, ainda não é possível que os TAE sejam pró-reitores. Mas a estatuinte da UFC está acontecendo e precisamos nos organizar para esse debate e mudar de uma vez por todas tudo aquilo que o estatuto atrasado nos impede de conquistar.

O estabelecimento de uma cultura democrática, com as três categorias que compõem a comunidade acadêmica debatendo em igualdade as questões que se referem à universidade, tanto acadêmica quanto administrativamente, vai representar um avanço na Pesquisa, no Ensino, na Extensão e na Gestão, fortalecendo o combate ao assédio e possibilitando que o pertencimento à instituição possa ser ampliado em todas as categorias.

Somente a paridade pode dar a nós TAE a possibilidade de realmente definir os rumos das nossas universidades.

6. PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AOS VÁRIOS TIPOS DE ASSÉDIO

CONTRA O ASSÉDIO MORAL E SEXUAL: POR RELAÇÕES DE TRABALHO SAUDÁVEIS

Não se pode falar de democratização nas universidades sem deixar claro que as instituições não podem tolerar qualquer tipo de assédio. Relações de poder desiguais geram deformidades graves nas relações de trabalho, seja em que ambiente for. A luta contra os assediadores não pode parar de forma alguma, porque, infelizmente, uma chefia, um cargo de direção, uma simples liderança em um grupo de trabalho, pode ser usada pelos assediadores para seus intentos. Infelizmente, mulheres, negras e negros,

indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, entre outros, são alvo frequente de assediadores. Reflexo da sociedade desigual, preconceituosa e erigida para perpetuar essas desigualdades.

Nos últimos anos, os casos de assédio se repetem e, quando não são silenciados, são parcamente apurados. Precisamos cobrar maior efetividade pelas gestões de pessoas ao tratar desses casos, não apenas em relação a coibir os assédios e a efetiva punição dos assediadores, mas também no cuidado para com quem sofreu os assédios.

Uma vez que partem de situações criadas por problemas de gestão decorrentes da falta de material, de servidores e até de uma política de gestão de pessoas que acompanhe melhor as relações de trabalho nos setores, que diminua o poder das chefias, os casos de assédio, principalmente o moral, tornam-se muitas vezes difíceis de apurar. Assim, faz-se necessário que a Gestão Superior, a Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS) e o SINTUFCE, atuem em sintonia para que o ambiente de trabalho das universidades seja cada vez mais saudável.

7. DIVERSIDADE NAS UNIVERSIDADES

LIVRAR AS UNIVERSIDADES DE TODAS AS OPRESSÕES

Uma herança da forma como a sociedade brasileira foi construída e consolidada são as diversas opressões que perpassam nosso cotidiano: machismo, racismo, LGBTfobia, capacitismo e outros preconceitos, que por vezes se mostram de forma escancarada, em outras são mais sutis, a ponto de confundir quem é o alvo dessas opressões.

Nosso SINTUFCE sempre foi espaço para uma grande contribuição das mulheres, seja na base ou na direção, onde muitas se destacaram nas mais diversas pastas e na coordenação geral. Contrastando com isso, já presenciamos cenas lamentáveis em assembleias, nas salas e corredores das universidades e até mesmo do sindicato, em que o machismo tentou

intimidar e mesmo agredir essas mulheres em pleno exercício da atividade sindical. Basta! O SINTUFCE não pode ser espaço para que vejamos isso novamente. A empatia, o respeito e a camaradagem devem sempre nortear as relações entre homens, mulheres, LGBTQIA+, enfim entre todas e todos que desejam contribuir nas lutas sindicais.

O SINTUFCE não pode permitir que as opressões encontrem um solo fértil em nosso meio. Por isso, deve repudiar não apenas o machismo, mas o racismo em todas as suas formas. Mesmo após anos de luta, com tantos avanços tecnológicos e conquistas sociais, ainda perdura a desigualdade étnico-racial na nossa sociedade e, por conseguinte, nas comunidades universitárias. Percebemos que negros, índios e brancos ainda estão longe do equilíbrio na esfera social, acadêmica e trabalhista.

É importante salientar que não é possível viver plenamente a democracia enquanto perdurar a desigualdade racial, com suas práticas racistas e xenofóbicas, explícitas ou veladas. Esta desigualdade é fruto de preconceitos arraigados, discriminação e racismo, alguns até institucionalizados.

O mito da “democracia racial” deve ser desfeito e denunciado, pois a extrema direita e os revisionistas querem tirá-lo do esquecimento, como forma de desqualificar as justas reivindicações de negras e negros por mais espaço na sociedade, por cotas nos cursos e concursos das universidades.

Os racistas desejam ainda desvirtuar a Unilab, criada como projeto de reparação histórica aos países de língua portuguesa da África e Ásia, que viram seus filhos serem tomados para serem escravizados no Brasil. Precisamos olhar para dentro de nós mesmos e reconhecer que somos o retrato de um massacre de indígenas, negras e negros e que precisamos não apenas dar a voz a estes, mas ouvi-los.

Sendo assim, é preciso combater toda forma de preconceito étnico-racial. Desse modo, é imperativo que o SINTUFCE seja partícipe e promotor da luta antirracista através de campanhas, debates, seminários, encontros e

GTs, possuindo uma pasta voltada para essa área tão importante no combate às opressões.

Como estão nossas servidoras e nossos servidores LGBTQIA+? As universidades deveriam ser espaços nos quais estas e estes se sentissem acolhidos e bem consigo mesmos, e principalmente respeitados. No entanto, muitos ainda sentem o preconceito, temem serem expostos, discriminados e preteridos. Precisamos fazer das universidades espaços onde cada um possa se sentir seguro com sua sexualidade, não ter medo de ser quem é e exercer sua militância com a importância que ela possui.

O mesmo se estende às servidoras e aos servidores com deficiência(s). Acolher e possibilitar que essas pessoas possam interagir, acompanhar e se integrar às atividades do movimento sindical, sejam quais forem suas necessidades, pois sabemos que em nossa base, há companheiras e companheiros surdos, com cegueira parcial ou total, cadeirantes, entre outros.

Portanto, o SINTUFCE precisa agregar à Coordenação de Políticas Sociais a temática de enfrentamento às opressões, para atender não apenas às questões relativas aos que se organizam em defesa dos seus direitos, mas atuar junto a toda a comunidade universitária. O SINTUFCE precisa englobar a todas e todos!

8. HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO E A MATERNIDADE ESCOLA SÃO DA UFC

A cessão do Hospital Universitário e da Maternidade Escola à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) foi uma derrota de todas e todos os TAE. Na verdade, embora poucos reconheçam, uma derrota de toda a UFC. Entregamos equipamentos de ensino, pesquisa e extensão que se dedicavam a ofertar saúde a toda a população cearense a uma empresa pública, de viés privatista, que gere os hospitais na perspectiva

da mercantilização da saúde. Precisamos reforçar que os hospitais, tal qual as universidades, não são empresas.

Como o que já é ruim pode se tornar ainda pior, nos últimos anos, as servidoras e servidores TAE do Hospital Universitário e da Maternidade Escola foram pegos de surpresa ao descobrirem que tanto os equipamentos como todo seu patrimônio, foram doados à EBSEH, quando do contrato de gestão dos hospitais universitários. Milhões em ativos foram de uma só vez entregues a uma empresa, que pode até mesmo ceder esses equipamentos à iniciativa privada mediante as parcerias público-privadas.

Para além disso, a EBSEH realiza uma gestão desastrosa do Hospital Universitário e da Maternidade Escola, bem como de outros equipamentos de saúde, muitas das vezes ampliando a exploração dos TAE, por não contratarem pessoal suficiente diante da demanda. Cada TAE do Hospital Universitário e da Maternidade Escola possui relatos que confirmam a piora das condições de trabalho pela falta de equipamentos e insumos, até mesmo casos de assédio contra servidoras e servidores.

Ademais, a comissão responsável pela avaliação da gestão da EBSEH precisa ser designada para cumprir com suas atribuições, conforme previsto no contrato. Queremos a nomeação dessa comissão imediatamente e que esta possa apontar os prejuízos da gestão da EBSEH ao Hospital Universitário e à Maternidade Escola. E não menos importante, queremos ser tratados pelo que somos, servidoras e servidores TAE!

9. AS BASES REPRESENTADAS PELO SINTUFCE

9.1 A UFC

Nossa maior universidade é o local de trabalho de milhares de TAE, tanto em Fortaleza quanto no interior do Estado do Ceará, e precisa proporcionar a todas e todos melhores condições de vida, trabalho e

estudo. Dessa forma, é preciso reivindicar soluções à Gestão Superior da Universidade para que servidoras e servidores, ainda que lotados distante dos grandes centros acadêmicos, tenham melhores condições de acesso ao desenvolvimento profissional e acadêmico, perícias médicas, ações culturais, entre outras.

Neste momento, isso envolve a concessão do Programa de Gestão de Desempenho (PGD) a todas e todos, a regulamentação da jornada ininterrupta (30 horas), maior presença da gestão de pessoas nos campi do interior, transparência no processo de remoção e acesso aos serviços ofertados pela universidade a suas servidoras e servidores.

Em Fortaleza, é preciso enfrentar o problema da insegurança de todas e todos que convivem na universidade, que reflete os altos índices de violência registrados na cidade. O campus do Pici, o Hospital Universitário, a Maternidade Escola e os demais campi presenciam episódios de violência urbana diariamente. O medo de assaltos acaba por afetar a qualidade de vida das servidoras e servidores. Precisamos de ações que levem segurança aos campi e seu entorno, como forma de prevenir ocorrências e evitar acontecimentos desagradáveis envolvendo nossas servidoras e servidores.

A articulação do SINTUFCE com a Gestão Superior da UFC é essencial, dialogando, cobrando e construindo soluções, que possam atender às questões de Fortaleza e do interior para tornar a universidade um espaço de crescimento e bem viver para os TAE. Ademais, o sindicato precisa reivindicar a ampliação da participação dos TAE nos colegiados e conselhos deliberativos, a ocupação de cargos de liderança como coordenações de curso, chefias de departamento, direção de campi avançados e pró-reitorias para avançar rumo à paridade política e administrativa.

9.2 A Unilab

Na Unilab, a maioria dos TAE atua sob o PGD, o qual possibilita o trabalho remoto, especialmente porque muitos residem em Fortaleza. Nesse

contexto, uma das questões persistentes para os TAE é a dificuldade de deslocamento, devido à insatisfatória infraestrutura de transporte. Nesse sentido, há um desejo contínuo de implementar um sistema de transporte público que atenda às necessidades da comunidade acadêmica. Logo, é essencial a atuação conjunta da Gestão Superior da Unilab e do SINTUFCE junto ao Poder Público e às concessionárias de transporte.

Após 14 anos de existência, a Unilab deve retomar a discussão sobre políticas institucionais que promovam a qualidade de vida dos TAE nos seus ambientes de trabalho e o enfrentamento aos assédios moral e sexual. Retomar a Unilab passa por ocupar as vagas nos conselhos deliberativos da universidade, dando a ela a cara dos TAE, debatendo e discutindo todos os temas de importância da universidade, além de lutar para ampliar e manter a paridade onde se conquistou.

É fundamental resgatar a história de luta e conquistas da categoria TAE e restabelecer seu protagonismo. Nesse sentido, a presença do SINTUFCE é vital para organizar as lutas e mobilizações da categoria.

9.3 A UFCA

Nossa universidade mais jovem precisa receber mais atenção do SINTUFCE. Estando a Universidade e seus campi distantes da sede do SINTUFCE, é preciso que os canais para se aproximar dessa base possam ser ampliados e realizados de forma mais constante.

A organização das servidoras e dos servidores da UFCA, sempre primou pela unidade e consenso, atuando de forma coletiva. Esse aspecto precisa ser preservado e ampliado, para que cada servidora e servidor da UFCA possa ter mais voz no sindicato.

Neste momento, com o crescimento da universidade, observamos a necessidade de debater não apenas a UFCA e suas atividades, mas a segurança do entorno, tema complexo que precisa ser debatido com todas e todos. Para tanto, precisamos que o SINTUFCE esteja presente, organizando as discussões e as lutas sobre o tema.

Para além disso, precisamos debater a democracia na UFCA, a ampliação da representação eleita para o Conselho Universitário (Consuni), integrar os TAE na vida da Universidade, não como simples apoio, mas como protagonistas da UFCA de todos nós.

9.4 AS UNIVERSIDADES QUE SURGIREM COM A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

A constante interiorização da Educação Superior no Estado do Ceará vislumbra a fundação de novos campi e novas universidades federais que podem vir a ser base do SINTUFCE, com as devidas prerrogativas garantidas pelo Estatuto, ampliando a utilização das tecnologias digitais da informação e comunicação para integrá-las.

10. A RELAÇÃO ENTRE ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Além de avançar no atendimento a quem está lotado fora de Fortaleza para acabar com a sensação de abandono das servidoras e servidores das universidades e dos campi do interior, é necessário também fazer com que os TAE prestes a se aposentar, as aposentadas, os aposentados e pensionistas possam ter o acolhimento necessário, antes e depois da aposentadoria.

Para tanto, é necessário auxiliar a servidora e o servidor TAE a planejar sua aposentadoria e a reduzir o endividamento por meio de parcerias com a Gestão de Pessoas para desenvolver sua educação financeira.

Vale salientar que a promoção de atividades lúdicas, esportivas, de lazer, dentre outras, reforça a unidade e a camaradagem, na base, entre ativos, aposentados e pensionistas, com ricas partilhas de conhecimento e experiências entre todas e todos que constroem o SINTUFCE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A TESE COMO UM MEIO E NÃO COMO UM FIM

Além do que foi mencionado, outro importante passo no campo político é a permanente vigilância para que a extrema direita não retorne ao Poder Executivo Federal. Mais que isso, é preciso afastá-la dos poderes Legislativo e Executivo de nossas cidades Brasil afora. Nesse sentido, as eleições municipais são importantíssimas para a criação ou manutenção da base eleitoral para as próximas eleições nacionais, de maneira que é preciso que a extrema direita tenha este espaço municipal reduzido, ampliando o raio de ação política dos atores progressistas para, enfim, sustentar a vitória deste campo progressista em 2026, mantendo longe do poder os radicais da extrema direita. Contribuindo com este objetivo, o SINTUFCE deve manter comunicação permanente reforçando os valores democráticos, enaltecendo a pluralidade e o respeito à individualidade em seus aspectos sexuais, religiosos, étnico-raciais e de gênero.

A presente tese é um chamado. Um início de conversa sobre o mundo, o Brasil, nossas universidades, nosso sindicato e sobre nós TAE. Uma conversa que mostre a todas e todos que o caminho, no qual política, carreira, combate às opressões, o debate sobre a ciência e a tecnologia a serviço das classes trabalhadoras, a unidade com as demais lutadoras e lutadores, nas periferias, pelo interior, enfim, nos mais diversos pontos do país, é o que nos levará a uma sociedade mais justa, fraterna e menos desigual.

Esta tese é para todas e todos que desejam o SINTUFCE como uma ferramenta democrática, na qual todas e todos têm vez e voz. Um sindicato e não uma associação. Precisamos compreender que diante de tantas lutas, a política social precisa ser realizada de forma inteligente e inovadora, organizando a base para os enfrentamentos que precisamos fazer: a defesa da democracia, da igualdade, da paridade, do combate ao assédio e à discriminação, bem como do protagonismo dos TAE na construção de uma universidade pública, de qualidade e socialmente referenciada.

Para isso, é preciso lutar para que a nossa carreira seja ainda mais aprimorada, para que tenhamos pertencimento ao nosso SINTUFCE e orgulho de ser trabalhadoras e trabalhadores da educação federal. Porque mantermos os atuais servidores TAE na carreira é avançar sempre para que nas universidades seja possível a realização dos nossos sonhos!

Assinam esta tese:

- Aduino Gregório de Lacerda Filho, UFC - Campus do Pici
- Alexandrina Cássia Ramalho Oliveira, UFC - Campus do Pici
- Alisson Mendes Marques, Campus da UFC em Sobral
- Alrineide Pereira Silva, Complexo Hospitalar da UFC
- Ana Hérica, Campus da Unilab em Redenção
- Ana Maria Catunda Carvalho, Aposentada da UFC
- Ana Maria Dias de Lima, Complexo Hospitalar da UFC
- Angela Pinheiro, Campus da UFCA em Juazeiro do Norte
- Antonia Maria Mata Rodrigues, Complexo Hospitalar da UFC
- Antonio Batista, Aposentado da UFC
- Breno Alves Cipriano, Campus da UFCA em Juazeiro do Norte
- Bruno Amoni, Campus da Unilab em Redenção
- Camila Peixoto, Campus da Unilab em Redenção
- Camila Queiroz, Campus da Unilab em Redenção
- Cantídio Guilherme, Campus da Unilab em Redenção
- Carmelita do Nascimento Mateus, Complexo Hospitalar da UFC
- Célia Araújo de Carvalho, UFC - Campus do Pici
- Clarice Fernandes Eloy da Costa Cunha, UFC - Campus do Pici
- Cláudia Figueiredo Lossio, UFC - Campus do Pici
- Claudio Antônio Fernandes de Almeida, Complexo Hospitalar da UFC
- Daniel Lucas Soares Souza Farias, UFC - Campus do Pici
- Edí Carlos Rebouças de Oliveira, Campus da UFC em Russas
- Edgley Silva de Souza, UFC - Campus do Pici
- Elaine Vigianni Oliveira Teixeira, UFC - Campus do Pici
- Fatinha, Aposentada da UFC

- Felipe Cavalcante Rocha, Campus da UFCA em Juazeiro do Norte
- Francilma Maria Alves de Araújo, UFC - Campus do Pici
- Francisco Edvander Pires, UFC - Campus do Benfica
- Francisco Ernani Abreu Gadelha, UFC - Campus do Pici
- Gedeão Correia Cruz, Campus da UFCA em Juazeiro do Norte
- Henrique Pinho, Campus da Unilab em Redenção
- Igor de Sousa da Silva, Campus da UFC em Russas
- Jéssica Reges, Campus da Unilab em Redenção
- João Victor Serra Nunes, UFC - Campus do Pici
- José Alexandre Albino Pinheiro, UFC - Campus do Pici
- José Hemison de Sousa Magalhães, UFC - Campus do Pici
- Juliana Moreira Dias, Campus da UFCA em Juazeiro do Norte
- Julie Holanda, Campus da Unilab em Redenção
- Karla Florentino, Campus da Unilab em Redenção
- Lucas Lucena, Campus da Unilab em Redenção
- Lucili Olímpio Ramos, Complexo Hospitalar da UFC
- Marcelo Franco Vieira, Campus da UFC em Sobral
- Marcizo Veimar Cordeiro Viana, UFC - Campus do Pici
- Maria Alzenir Rebouças Alves, UFC - Campus do Pici
- Maria Edivania Caldas Barbosa, UFC - Campus do Pici
- Maria José Silva de Brito, UFC - Campus do Pici
- Maryane Barros Xavier, Complexo Hospitalar da UFC
- Maryane Brito de Vasconcelos, Campus da UFC em Russas
- Mayara de Fátima Rodrigues Cavalcante, UFC - Campus do Porangabuçu
- Maycon Anderson, UFC - Campus do Pici
- Mônica Cristina de Lucena Lucas, UFC - Campus do Pici
- Naira Mariane Gondim de Oliveira Dias, UFC - Campus do Benfica
- Raimunda Heveline Ribeiro Quirino, UFC - Campus do Pici
- Raimunda Nádia Rabelo Freires, Campus da UFC em Russas
- Ramon Felipe da Silva, Campus da UFCA em Juazeiro do Norte
- Rita de Cássia Araújo, Complexo Hospitalar da UFC
- Rosângela Bezerra Barreto, Complexo Hospitalar da UFC
- Rulio Rocha, UFC - Campus do Pici

- Sarah Ramos, Campus da Unilab em Redenção
- Talita Magalhães, Campus da Unilab em Redenção
- Tatyane Bandeira, Campus da Unilab em Redenção
- Victor Noronha, Campus da Unilab em Redenção
- Vivia Borges da Silva, Campus da UFCA em Juazeiro do Norte
- Wagner Pires, Campus da UFCA em Juazeiro do Norte
- Yasmine Lima, Campus da Unilab em Redenção

CONSVFCE
IX CONGRESSO DAS
SERVIDORAS E SERVIDORES
DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS
NO ESTADO DO CEARÁ



**Sindicato dos Trabalhadores das
Universidades Federais no Estado do Ceará**

Rua Waldery Uchoa, 50, Benfica, Fortaleza, Ceará, CEP
60020-110 | (85)99176-9319 | www.sintufce.org.br